



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 493/23

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 13.371, de 4 de junho de 2002, que dispõe sobre o uso de uniformes pelos alunos da rede municipal de ensino.
- Lei Municipal nº 14.064, de 14 de outubro de 2005, que dispõe sobre a inclusão de calçado padrão tênis como item do uniforme escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, de fornecimento obrigatório pelo Poder Público;
- Lei Municipal nº 14.964, de 20 de julho de 2009, que dispõe sobre a padronização do uniforme escolar na rede municipal de ensino, e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 16.271, de 17 de setembro de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação de São Paulo;
- Lei Municipal nº 17.555, de 22 de março de 2021, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, em conformidade com o art. 212-A da Constituição Federal, regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020; autoriza a disponibilização de uniformes sem o brasão da Prefeitura do Município de São Paulo, no âmbito do Programa Auxílio Uniforme Escolar, instituído pela Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020, na hipótese e condições que especifica.
- Decreto Municipal nº 51.450, de 29 de abril de 2010, que estabelece a padronização do uniforme escolar da rede municipal de ensino de que tratam as Leis nº 13.371, de 4 de junho de 2002, e nº 14.964, de 20 de julho de 2009.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Portaria nº 3921/16, da Secretaria Municipal de Educação, que dispõe sobre aquisição e distribuição de uniformes escolares aos alunos da Rede Municipal de Ensino;

- PL 313/2011, que descentraliza o processo de aquisição de uniformes escolares no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 520/2001, que dispõe sobre o estabelecimento de convênio entre empresas privadas e as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente de fls. 04.

São Paulo, 26 de setembro de 2023.

Juliana Trindade
Procuradora Legislativa
OAB/SP 232.414